



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975



PARECER PROJUR/COREN/MT Nº 120/2019

Interessada: JAIME TRENTIN & CIA LTDA (CNPJ Nº. 08.914.393/0001-50)

DIREITO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 01/2019 - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS DO EDITAL – CONFORME DISPÕEM OS ITENS 20.1.3 E 20.1.4 – DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS EDITALICIAIS - DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE PREVISTOS NAS LEIS Nº. 8.666/93 E NA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI Nº. 9.784/99 – DEFESA RECEBIDA E ACEITA A ARGUMENTAÇÃO.

Senhor Presidente,

Em atenção à respeitável solicitação no sentido que fosse exarado Parecer Jurídico quanto ao Processo Administrativo nº. 492018/2019, processo este que trata de aplicação de sanções a empresa acima apontada como parte interessada.

Manifestamos nos seguintes termos:

O presente processo administrativo foi oriundo de ato previsto no Edital do Processo Licitatório - Pregão SRP 01/2019, no qual a empresa interessada, após a convocação da Pregoeira (fls. 26) não manteve a proposta, pois, **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018):**

20.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;**
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;**
- 20.1.5. não mantiver a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

Insta salientar que a Pregoeira, conforme consta das fls. 66/67 e 67 (verso) informou a empresa interessada da desídia desta quanto a deixar de entregar a documentação e retardar o certame, e as 14:26:11 de 29/03/2019, a Pregoeira efetuou a recusa da proposta (fls. 26) pelo motivo de que a parte interessada não



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

enviou os documentos no prazo estipulado - dentro de 02 (duas) horas a partir da convocação, que se deu às 09:58:23 conforme se extrai das fls. 67.

Ato contínuo foi a empresa ora interessada através do Ofício COREN-MT/LICITAÇÕES/COMPRAS/Nº. 13/2019 (Fls. 78 e 78/verso) cientificada do descumprimento e instada a formalmente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do Ofício, a manifestar em defesa e juntar documentos que comprovam suas afirmações, atendendo assim o princípio do contraditório e da ampla defesa (Art. 5º inciso LV da CF/88) que também deve constar dos processos administrativos.

Conforme consta do processo Administrativo fls. 79 (data do recebimento do ofício pela interessada se deu em 12/06/2019) e as fls. 80 (data do protocolo da defesa (*remessa pelo correio*) 14/06/2019, o que se verifica a tempestividade da defesa (*dentro do prazo*), o que merece ser recebida e apreciada.

O que passamos fazer abaixo:

A empresa interessada manifestou em defesa conforme as fls. 81/83 e em síntese alegou que *"é empresa privada que mantém relação de fornecimento em sua maior parte para empresas públicas. Posto isto, vale ressaltar que não é de seu interesse que tal proposta não fosse enviada."*

Alega que: *"a Notificada não foi vencedora de qualquer item no referido Edital, por esse motivo não era esperado pela mesma uma convocação no dia no dia seguinte pela manhã."*

Aduz ainda que: *"Posto isto e juntamente com o fato da abertura do prazo de apenas 2 horas para o envio da proposta, ao conferir novamente o andamento do certame, o prazo de envio já havia findado."*

A empresa interessada afirma ainda em sua defesa que: *"... com base nos princípios que dão norte as compras públicas, fica clarificado que a Participante não agiu com dolo em retardar a execução do andamento do certame conforme dito pela acusação no referido Processo Administrativo."*

A empresa defendente ainda pugna pela aplicação do princípio da razoabilidade nos seguintes termos: *"... que tem por objetivo coibir excessos desarrazoados e o da boa-fé que visa a privilegiar a parte que age sem intenção de prejudicar a outra."* E continua: *"Evidente que ensejar por uma punição para um Participante que somente não enviou a proposta de preços tempestivamente e não agiu com dolo, também sequer firmou qualquer contrato com o COREN-MT é uma*



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO
Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975



Afronta clara ao Princípio da Razoabilidade, se tornando uma punição excessiva e claramente sem razão."

Por fim, a empresa interessada, pugna pelo recebimento da justificativa e pela não aplicação da punição, pelo afastamento de qualquer sanção possível e o arquivamento do referido Processo Administrativo.

É a síntese da defesa e o relatório processual do necessário.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Da análise do presente processo, verificamos que a parte evidentemente **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018)**, conforme informou a Pregoeira, que possui fé pública e que seu ato administrativo, possui a presunção de legitimidade até a prova em contrário, como um dos atributos do ato administrativo.

O não cumprimento dos itens do Edital **não exige dolo ou culpa**, assim, o simples descumprimento dos itens do Edital enseja o ato que infringe o Edital.

As fls. 66, observa-se que a Pregoeira informa a todos os participantes mediante chat, antes de começar o Certame o seguinte aviso: **"b) Todos os Senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Adm. Púb., firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais de que participam. Sabem, por consequência, que declarar possuir condições de participação sem as tê-las, pode acarretar propositura de sanção. Por esse motivo, solicito que encarem o processo licitatório com seriedade; c) saliento, ainda que o licitante que não mantiver sua proposta ou deixar de entregar a documentação exigida, poderá ser sancionado com impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos (art. 7º, da Lei n. 10.520/2002). Salvo aquele que motive via chat o motivo que não pode cumprir a proposta. (...) f) Os senhores licitantes devem observar o certame até o seu encerramento, acompanhando todas as etapas;..."** (Grifos nosso).

Diante ao exposto acima, não há como aceitar a tese de defesa de que não tinha conhecimento ou de que não havia sido vencedora ou de que não tenha assinado contrato com o Coren-MT, e que por isso não acompanhou o Certame até o final, e não ficou sabendo da convocação de encaminhar a documentação exigida.

Por outro lado, com relação ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade que deve pairar também sobre os atos administrativos tenho como



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

entendimento de que tal invocação da defesa merece ser acolhido diante dos seguintes fundamentos abaixo, senão vejamos.

A Lei nº. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) destaca em seu Art. 2º que:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade, proporcionalidade**, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. **Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:**

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Desta forma, nota-se as folhas 71 a 75, que a empresa interessada **não possui no SICAF nenhum registro de ocorrência ativa**, demonstrando que não é





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975



uma empresa que cria embarcações costumeiras, e que **é uma empresa que de fato mantém uma boa relação de fornecimento com o setor público.**

Observa-se ainda que para o certame licitatório que a empresa interessada concorreu (Grupo 03 – ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS) – cujo valor de aquisição do grupo era estimado em cerca de R\$ 2.100,00 (*Dois mil e cem reais*) ficou a cargo da segunda colocada STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, assim, embora descumprido o item do edital, a empresa interessada não ensejou com sua desídia prejuízo à Administração Pública.

Ademais quanto ao item “20.1.4. **ensejar o retardamento da execução do objeto;**”, a empresa interessada não pode ser penalizada, em virtude de que não houve ato por ela que ensejasse cabalmente o retardamento da execução do objeto.

Ainda, pelo que consta da informação da Pregoeira quanto ao Certame às fls. 68/verso e 69, houve problemas técnicos durante a execução do procedimento licitatório em decorrência de queda de energia em decorrência de período de fortes chuvas na região naquele período.

O próprio Edital traz com relação as penalidades os seguintes destaques:

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

Assim, como acima exposto, a única penalidade cabível seria a Advertência, na forma do item 20.3.1 do Edital. No entanto, o próprio item contém a expressão “**que não acarretem prejuízos significativos**”, o que nos leva a entender que deve haver um prejuízo mínimo da conduta da interessada, o que não restou demonstrado quanto ao descumprimento dos itens 20.1.3 e 20.1.4.

Ademais, o próprio Edital nos itens 20.10; 20.11. e 20.12, corroboram na fundamentação deste Parecer Jurídico e privilegiam o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade previstos nas leis nº. 8.666/93 e na aplicação subsidiária, mas não menos importante, da Lei nº. 9.784/99, diante da análise do caso concreto.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto na fundamentação acima, nosso Parecer, salvo melhor juízo, é no sentido de que seja recebida a defesa e aceita a argumentação pela aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade que deve pairar nas decisões administrativas, com fundamento no próprio Edital nos itens 20.10; 20.11. e 20.12, na leis nº. 8.666/93 em seu Art. 3º e na aplicação subsidiária, mas não menos

Av. Presidente Marques, nº 59 Bairro Goiabeiras
CEP 78.032-010 - Cuiabá - MT
Tel: 65 3623 4075 www.coren-mt.gov.br





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

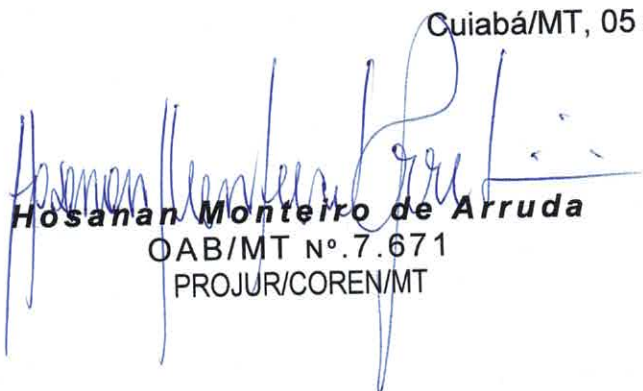
Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975



importante, da Lei nº. 9.784/99, em seu Art. 2º, parágrafo único, inciso IV, para **opinar pela não aplicação de sanções a empresa interessada e o arquivamento do processo administrativo.**

S.M.J. É o Parecer.

Cuiabá/MT, 05 de junho de 2019.


Hosanan Monteiro de Arruda
OAB/MT N.º.7.671
PROJUR/COREN/MT

EM BRANCO